



EDITORIAL

É com grande satisfação que apresentamos o 1º número do volume 24 da revista REDES, referente ao período de janeiro-abril de 2019. A Redes (Santa Cruz do Sul. Online) (ISSN 1982-6745), vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC e ao Centro de Pesquisas em Desenvolvimento Regional – CEPEDER, foi criada em 1996 e, desde então, publicada de forma regular e ininterrupta. A partir de 2007, passou a ter sua editoração em formato eletrônico, estando hospedada no Portal de Periódicos Online da Universidade de Santa Cruz do Sul e vinculada ao SEER – Sistema de Editoração Eletrônica de Revistas do IBICT.

O tema do sistema agroalimentar, principalmente no que diz respeito à relação entre produção e consumo de alimentos está cada vez mais no centro das atenções no mundo pela sua multidimensionalidade e importância. A alimentação que era tida apenas como uma necessidade básica do ser humano, agora passa a ser discutida em dimensões que afetam o planeta e a nossa sustentabilidade na Terra. O que comemos influencia nas dinâmicas sociais e econômicas, gerando modelos de igualdade ou desigualdade. Escolher alimentos determina qual o modelo de sistema agroalimentar estamos promovendo – o incentivador de distribuição de renda ou aquele que as concentra. Dito em outras palavras, ao comer fomentamos modelos de desenvolvimento. As discussões sobre agricultura familiar, agroecologia, desenvolvimento rural, soberania e segurança alimentar e nutricional tem fortalecido a importância de novas relações de produção e consumo de alimentos, de forma a alcançar benefícios para os produtores (fortalecimento dos agricultores familiares e da produção agroecológica/orgânica com soberania alimentar) e para os consumidores (promoção de saúde e de segurança alimentar e nutricional para toda a população).

Para além da discussão nutricional, social, econômica que a alimentação tem gerado, outra preocupação tem se tornado preocupante e a tônica nas últimas décadas, que é a questão da sustentabilidade ambiental. Nosso sistema agroalimentar dominante não só tem gerado desigualdade social, insegurança alimentar, mas principalmente tem impactado fortemente o meio ambiente. O modo de fazer agricultura e o modo consumista e despreocupado de nos alimentar tem sido um dos principais responsáveis pela mudança climática. A produção de alimentos atual é responsável por 20 a 30% da emissão de gases do efeito estufa (GEE); cerca de 24% da área fértil apresenta uma ou outra forma de degradação do solo em função do modelo agrícola adotado; a utilização de terras para cultivos de monoculturas e de pecuária tem gerado o desflorestamento e perda de grande parte da biodiversidade; e a água está sendo contaminada, incluindo a água do mar, levando a desequilíbrios no ambiente marinho. Porém, não só a produção de alimentos gera problemas ambientais, mas também os processos envolvidos com a cadeia de abastecimento, como o transporte, processamento e preparação de

alimentos, bem como o desperdício e o lixo gerado. Portanto, as dietas e os padrões de consumo desempenham importante papel no direcionamento deste sistema.

Neste contexto, políticas públicas são essenciais para a revisão destes processos e para promover outros modelos de desenvolvimento pautados na sustentabilidade social, econômica, ambiental e de saúde pública. Assim, a discussão de políticas que venham ao encontro deste tipo de desenvolvimento são discutidas neste dossiê temático da Redes (Santa Cruz do Sul. Online) intitulado: “Mercados Institucionais: reconectando a produção ao consumo”. As compras públicas de alimentos são destaque, pois o Estado passa a ter um papel central ao usar seu poder de compra para fomentar agricultores familiares e produção limpa de um lado, e por outro, promover saúde pública e segurança alimentar, oferecendo alimentos de qualidade a públicos vulneráveis. Estudar e analisar programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa de Aquisição de Alimentos no Brasil e outros programas semelhantes em outros países é essencial como contribuição da academia e da ciência para o aprimoramento destas políticas e ações. Demonstrar seu funcionamento, fortalezas e fragilidades utilizando de diversos aportes teóricos e metodológicos serve para que possamos compreender, discutir, refletir e contribuir criticamente para a solução ou mitigação dos problemas que temos enfrentado.

Abrindo o Dossiê, está o artigo *A TRADUÇÃO DE DIETAS SUSTENTÁVEIS NA PRÁTICA: O POTENCIAL DA CONTRATAÇÃO DE ALIMENTOS PÚBLICOS*, nele **ROBERTA SONINO**, afirma que com base em apelos generalizados por políticas e estratégias de desenvolvimento que alinhem objetivos humanos e ecológicos, um número crescente de estudiosos e profissionais está recorrendo ao conceito de “dieta sustentável” como um princípio orientador para abordar as implicações multidimensionais da produção de alimentos na sociedade, no meio ambiente e na economia. O artigo explora o potencial da aquisição pública de alimentos no desenvolvimento de dietas sustentáveis. Uma revisão crítica da literatura mostra que há três barreiras principais que precisam ser superadas para incorporar os princípios da “dieta sustentável” nas compras públicas: a primazia de um ethos rígido, “value for money”, que reforça uma cultura avessa ao risco em torno da provisão de alimentos públicos que inibe indivíduos e organizações de impulsionar a mudança; a tendência dos governos de promover abordagens “silenciadas” para mudar a liderança em questões como as compras públicas, que inibem os níveis de compartilhamento de conhecimento e esforço coletivo entre os departamentos necessários para sustentar a reforma sustentável de aquisições; e falta de conhecimento técnico relacionado a compras sustentáveis e fornecimento sustentável de alimentos.

No artigo *PROGRAMAS INSTITUCIONAIS DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS E ORGANIZAÇÕES DE PRODUTORES: CATALISADORES PARA A TRANSFORMAÇÃO DE SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ALIMENTOS DE PEQUENOS PRODUTORES*, **LUANA F.J. SWENSSON** observa que os pequenos agricultores (ou agricultores familiares) são os principais responsáveis pela produção de alimentos em grande parte dos países em desenvolvimento. Neste contexto, intervenções estatais que visam aumentar a demanda por produtos da agricultura familiar por meio de compras

públicas de alimentos representam um importante instrumento para promover o acesso destes produtores ao mercado. O estudo se baseia na experiência brasileira do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), assim como na iniciativa Compras para Progresso (P4P) do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas objetivando explorar o papel dos programas institucionais de compras públicas de alimentos e das organizações de produtores na promoção de oportunidades de comercialização para pequenos produtores.

ESTEVAN LEOPOLDO DE FREITAS COCA no artigo *UNIVERSIDADES E O MERCADO INSTITUCIONAL DE ALIMENTOS: O EXEMPLO DA UNIVERSITY OF BRITISH COLUMBIA (UBC), EM VANCOUVER, NO CANADÁ* trata sobre problemas atuais como as mudanças climáticas, a financeirização de bens básicos (ar, água e alimentos, por exemplo) e o paradoxo entre a fome e a obesidade fazem com que uma grande atenção pública seja direcionada aos sistemas agroalimentares. O presente trabalho tem como objetivo discutir políticas alimentares que têm sido implementadas pela *University of British Columbia (UBC)*, em Vancouver, no Canadá, devido ao fato dela possuir dentre os seus principais objetivos institucionais o vínculo entre seu sistema agroalimentar e a sustentabilidade. Como referência teórica é utilizada a abordagem *Community-Campus Engagement* (Engajamento entre o Campus e a Comunidade - CCE), pois esta possibilita a leitura sistêmica das interações entre as unidades acadêmicas e a população local. Conclui-se que o entendimento da participação da UBC no mercado institucional de alimentos deve levar em consideração a relação dialética entre produção, comercialização e consumo, tendo como base suas interações com a comunidade local.

CÁTIA GRISA e PATRICIA ELENA GIRALDO CALDERÓN em *ATORES, REDES E ALIMENTOS: A PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR E CAMPESINA NA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO BRASIL E DA COLÔMBIA* compararam as redes de compras públicas de produtos da agricultura familiar e campesina para os programas de alimentação escolar nos municípios de Granada (Antioquia-Colômbia) e São Lourenço do Sul (Rio Grande do Sul-Brasil) nos anos de 2016 e 2017. Concluíram em que pese a convergência, também foi possível observar diferenças quanto ao papel do Estado e suas políticas, mais fortes e com maior trajetória no Brasil que na Colômbia; a cooperação internacional, mais forte e importante na Colômbia que no Brasil; o papel dos atores sociais, fortes e organizados em ambos os municípios, mas com maior suporte institucional no Brasil que na Colômbia; e, finalmente, liderança de diferentes atores e agentes locais para implementar a participação da agricultura familiar na alimentação escolar.

AS COMPRAS PÚBLICAS COMO MECANISMO DE DESENVOLVIMENTO: FORMAS DE GESTÃO COMUNITÁRIA E AUTÔNOMA NA COMPRA PÚBLICA DE ALIMENTOS, **NATHALIA VALDERRAMA E SERGIO SCHNEIDER**, propõe analisar como as formas de gestão comunitária e autônoma na aquisição pública de alimentos podem ser um mecanismo de desenvolvimento em zonas de conflito armado na Colômbia desde a perspectiva da Teoria dos Campos de Ação Estratégica e desde a abordagem possibilista do Albert Hirschman. Metodologicamente, a pesquisa corresponde a três estudos de caso. Os resultados apontam que as políticas públicas de

alimentação são concebidas sob estruturas homogêneas que ignoram e tornam invisíveis as formas de gestão comunitária e autônoma. A gestão comunitária e autônoma resiste aos modelos homogeneizadores da contratação pública e do abastecimento e reivindica a necessidade de redefinir as regras e concepções de mundos em relação a qualidade e as relações que transcendem do campo econômico. Essa última se expressa como forma de organização mais eficiente e eficaz na resposta às demandas prioritárias das populações rurais.

MIREYA EUGENIA VALENCIA PERAFAN em *MERCADOS INSTITUCIONAIS E A CONSTRUÇÃO DE TERRITÓRIOS DE PAZ NA COLÔMBIA* analisou as modalidades de disseminação na América Latina e Caribe de “modelos” brasileiros de políticas públicas para a agricultura familiar e, a partir da qual, foi possível estudar diferentes políticas públicas em diferentes contextos, entre eles as políticas de compras públicas na Colômbia. Concluiu-se que para os gestores públicos do município de Granada a compra de produtos da agricultura familiar é um caminho para dinamizar a economia local e, ao mesmo tempo, avançar na construção de um território de paz.

Em seu artigo, *CONDICIONANTES E LIMITANTES NA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PELO PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR NO ESTADO DO PARANÁ*, **ROZANE MARCIA TRICHES, MARIANA GRISA SIMONETTI, JULIAN PEREZ CASSARINO, JOSÉ GIACOMO BACCARIN, CARLA ROSANE PAZ ARRUDA TEO**, analisam as dificuldades e os fatores que condicionam a aquisição de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar pela ótica dos atores sociais em municípios do Paraná. Os autores verificaram que nos municípios onde existe maior participação, diálogo e parcerias entre gestores, agricultores, conselheiros e extensão rural há melhor aproveitamento dos recursos do Programa e esse entrosamento é mais evidente em municípios de médio e pequeno porte. Nesse sentido, evidencia-se a importância da existência de políticas públicas para a viabilização de mercados para a agricultura familiar, mas estas só se efetivam com a participação dos atores sociais.

No artigo *ANÁLISE DA OPERACIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR POR PARTE DOS MUNICÍPIOS: O CASO DO PNAE EM TRÊS MICRORREGIÕES DO OESTE CATARINENSE*, **DARLAN CHRISTIANO KROTH, VALDECIR JOSÉ ZONIN, TOMÉ COLETTI, WILLIAM SIMÕES e EDUARDO VON DENTZ** objetivam avaliar a governança por parte das prefeituras municipais do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O trabalho lançou mão de estudo de caso em três microrregiões do Oeste de Santa Catarina (Chapecó, Concórdia e Xanxerê), considerando uma amostra constituída de 31 municípios. Os principais resultados demonstraram que o PNAE vem se apresentando eficaz, atingindo seus principais objetivos, em termos de fortalecimento da agricultura familiar: proporcionar melhor qualidade nutricional para os alunos e promover o desenvolvimento local/regional. Por outro lado, esses resultados poderiam ser maiores (ampliando a eficiência da política), caso a governança do Programa por parte das prefeituras municipais fosse mais eficiente. A pesquisa verificou, ainda, que apenas quatro prefeituras (13% de nossa amostra) realizam uma gestão

considerada adequada do Programa, no sentido de desenvolver ações de organização da produção, auxílio logístico e assessoria técnica aos agricultores.

REFLEXÕES SOBRE AS FORMAS DE OPERACIONALIZAÇÃO DO PNAE NAS ESCOLAS ESTADUAIS DE PASSO FUNDO-RS, de **DAVID BASSO, INDAIA DIAS LOPES e VOLMIR RIBEIRO DO AMARAL**. O objetivo do artigo é analisar a operacionalização do PNAE nas escolas estaduais de Passo Fundo em relação às aquisições da agricultura familiar. Dentre as conclusões do estudo evidenciou-se que a realização das Chamadas Públicas Unificadas qualificou a operacionalização do PNAE em Passo Fundo, facilitando a execução do programa para as escolas, ampliando a participação da agricultura familiar regional.

Em *O IMPACTO DAS CERTIFICAÇÕES NAS CADEIAS GLOBAIS DE VALOR AGRÍCOLAS: O CASO DAS FRUTAS FRESCAS NO NORDESTE BRASILEIRO*, os autores **THALES AUGUSTO M. PENHA e WALTER BELIK** investigam o papel das certificações na coordenação das cadeias globais de frutas frescas, ressaltando mais especificamente o caso das frutas tropicais produzidas nos Polos irrigados de Petrolina-Juazeiro e Açú-Mossoró localizados na região Nordeste do Brasil. Os autores observaram que as certificações desempenham um papel central na cadeia de produção de frutas frescas do nordeste, uma vez que definem os padrões técnicos e normas éticas de produção, bem como, conseguem se apropriar das quase-rendas geradas dentro da cadeia.

No artigo *CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE, CAPACITAÇÃO MÚTUA E NEGOCIAÇÃO POLÍTICA EM UMA FEIRA DE AGRICULTORES*, **FABIANA THOMÉ e MARIA VASILE**, ao analisar a Feira Ecológica do Menino Deus, em Porto Alegre, Brasil, exploraram como são construídas narrativas contra-hegemônicas e formas de conhecimento em espaços como o estudado. O artigo explora a construção de identidade, capacitação mútua e negociação política como processos centrais e paralelos que ocorrem na feira, proporcionando arena frutífera para debates sobre padrões agroalimentares e sobre (re)definição e promoção da segurança alimentar e nutricional e justiça social. Por fim, vale destacar que este artigo busca vincular reflexões sobre a feira, capacitação mútua e negociações coletivas a fim de contribuir para o debate sobre alimentos locais como um projeto emancipatório.

No seguinte artigo, *PRÁTICAS DE AGROINDUSTRIALIZAÇÃO E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS COMO ESTRATÉGIA DE DIVERSIFICAR E FORTALECER A AGRICULTURA FAMILIAR NO RIO GRANDE DO SUL*, **MARCELO CONTERATO e MIRIAM STRATE** analisaram como os arranjos produtivos locais podem fomentar a diversificação da agricultura familiar, realocando a produção de alimentos, através das cadeias curtas, estimulando a heterogeneidade e promovendo o desenvolvimento rural. A pesquisa foi realizada a partir do Arranjo Produtivo Agroindústria familiar, estrutura de governança que impulsiona a instalação, regularização e associativismo de agroindústrias no Vale do Taquari, RS. Como resultado pode-se observar que as políticas públicas de fomento para a implementação e fortalecimento dos APLs, constituem-se estratégias que podem fortalecer a agricultura familiar, promovendo a construção e o acesso a novos mercados, a criação e o desenvolvimento de novos produtos, a sucessão rural e

diversificando as atividades produtivas, gerando renda através de novos arranjos sociais e estruturas de governança horizontalizadas.

Na sequência, **MIGUEL ANGELO PERONDI, MARIANA BEAL DENGO e MARCIO GAZOLLA**, em *MERCADOS DAS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES DE QUEIJO ARTESANAL DO SUDOESTE DO PARANÁ* buscaram entender o porquê agroindústrias familiares que produzem queijos artesanais e estão formalmente legalizadas no SIM optam por construir mercados informais para escoar a maior parte da sua produção destes alimentos. Os resultados e conclusões apontam para um conjunto variado e multidimensional de elementos que atuam simultaneamente nas experiências e estruturam/fazem funcionar os mercados locais e informais. Do lado dos agricultores, estes tentam ‘driblar’ os regramentos dos sistemas peritos alimentares e construir estratégias mais autônomas de desenvolvimento regional. Os agricultores também são sensíveis às demandas e apelos dos consumidores, em termos de manter as características artesanais dos seus queijos e suas vendas através de cadeias curtas agroalimentares. De outro lado, tentam afastarem-se do Estado, na medida em que, mesmo sendo formais perante o SIM, buscam a construção social dos seus mercados por fora das legislações e sistemas peritos alimentares que o ambiente institucional apregoa.

Concluindo o Dossiê, em *A TRAJETÓRIA BRASILEIRA DE CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGROECOLOGIA*, **PAULO ANDRÉ NIEDERLE, ERIC SABOURIN, CLAUDIA JOB SCHMITT, MARIO LÚCIO DE ÁVILA, PAULO PETERSEN, WILLIAM SANTOS DE ASSIS** analisam a construção de políticas públicas para a agroecologia no Brasil focalizando: (a) o contexto econômico, político e institucional e os processos de organização social que possibilitaram a emergência dessa agenda pública; (b) a constituição de redes de promoção da agroecologia e sua capacidade de influenciar a ação pública; (c) a incorporação do enfoque agroecológico nas políticas públicas considerando a coexistência de distintas concepções de agroecologia. Os resultados são provenientes de uma pesquisa interinstitucional que envolveu diversos pesquisadores e organizações vinculadas à Rede Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural na América Latina (PP-AL). Os mesmos apontam que a construção de políticas a favor da agroecologia ganhou espaço a partir de 2002, quando a eleição do presidente Lula levou para dentro da estrutura do Estado atores com interface direta com movimentos sociais e sindicais.

Além dos artigos do Dossiê Agroecologia este volume aborda quatro temas relevantes e convergentes com o campo do desenvolvimento regional, contribuindo para o debate interdisciplinar e para o aprofundamento teórico e analítico nesse campo de investigação científica.

Os autores **RENATO ALVES OLIVEIRA e LUCIANO RIBEIRO BUENO**, no artigo *O IMPACTO DO FINANCIAMENTO DO PRONAF SOBRE INDICADORES AGRÍCOLAS NAS LAVOURAS DO ESTADO DO PARANÁ: UMA ANÁLISE DE DADOS EM PAINEL* objetivam analisar a influência do PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar sobre os indicadores agrícolas: produção, área plantada e produtividade das lavouras de subsistências beneficiadas pelo Programa no Estado do Paraná, no período de 2007 a 2012. As análises da relação entre o montante de financiamento do PRONAF e os indicadores agrícolas apontaram que para a maioria

das lavouras o PRONAF teve um efeito negativo, embora muito pequeno, sobre a produção, área plantada e produtividade. Contudo a influência do PRONAF no desempenho da produção e da produtividade do milho e da mandioca foi positivamente significativa.

IMPACTO DOS RESTAURANTES POPULARES NA SAÚDE E NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DOS USUÁRIOS: O CASO DE TOLEDO/PR, ATRAVÉS DA METODOLOGIA DE PARTIAL LEAST SQUARES (PLS), **MIRIAM SCHNEIDER** investigou os efeitos dos serviços prestados por este programa Restaurantes Populares, do Ministério de Desenvolvimento Social, sobre a administração pública de Toledo/PR. O trabalho, por meio de mensuração e análise das opiniões dos usuários sobre as variáveis que condizem à gestão dos restaurantes populares e os efeitos para a saúde alimentar e desenvolvimento social dos mesmos, causados por participarem deste programa. Utilizou-se a metodologia de questionários de escala de Likert para a mensuração das opiniões e Partial Least Squares (PLS) para testar as hipóteses do Modelo de Equações Estruturais aqui proposto.

PATRÍCIA PINHEIRO LIMA, JOYCIANE COELHO VASCONCELOS, PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E EDUCAÇÃO ESCOLAR: UMA ABORDAGEM DE DADOS EM PAINEL, diferente da maioria dos estudos que avaliam o referido programa, o trabalho busca focar o impacto na educação. O artigo avalia se o Programa Bolsa Família contribuiu para melhorar os indicadores de educação infantil e ensino fundamental nos Estados Brasileiros. Com a estimação de modelos de regressão com dados em Painel para período de 2005 a 2014 espera-se verificar se os recursos do PBF foram capazes de influenciar o comportamento dos indicadores educacionais nas unidades brasileiras. Logo, pretende-se potencializar o impacto do PBF na promoção de uma educação mais inclusiva e de melhor qualidade. Despertar os Estados para a necessidade de criar mecanismos que favoreçam a efetividade das políticas sociais realizadas pelo governo federal.

E, para finalizar o artigo, *ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA NO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO: PARTICIPAÇÃO TRUNCADA E ASSIMETRIAS DE INFORMAÇÃO*, **WILSON BENTO FIGUEIREDO FILHO** propõe um modelo, formado pelos conceitos de ator e instituições, para descrever o funcionamento de algumas estruturas de governança no interior do estado de São Paulo, apoiado nos resultados de uma pesquisa que buscou problematizar sua importância para o desenvolvimento sustentável regional. Uma possível explicação é proposta a partir da matriz institucional brasileira que, baseada nos valores da família patriarcal, legítima comportamentos oligárquicos e patrimonialistas que dificultam a cooperação. Mesmo assim, podem ser descritas como uma tentativa de afastamento daqueles comportamentos ao iniciar uma lenta mudança institucional.

Ainda neste volume inauguramos a seção de resenhas de livros considerados importantes para a discussão do desenvolvimento regional. Neste número apresenta a resenha do livro “La trilogía del erizo-zorro: Redes globales, trayectorias nacionales y dinámicas regionales desde la periferia” de Víctor Ramiro Fernández realizada por **CARLOS MALLORQUIN SUZARTE**.

Agradecemos a todos/as as/os autores que dedicaram seus esforços para enviar suas contribuições, assim como aos pareceristas que participaram da avaliação dos artigos que compõem esse número.

Desejamos, a todas e todos, uma boa leitura.

Rozane Márcia Triches, Cidonea Machado Deponti, Eduardo Kunzel Teixeira - Editores do Dossiê Mercados Institucionais: reconectando a produção ao consumo

Rogério Leandro Lima da Silveira e Cidonea Machado Deponti - Editores da Revista REDES

Janeiro de 2019.